

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 à 31/12/2016	21
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2015 à 31/12/2015	22
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2014 à 31/12/2014	23
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	116
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	120

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.028.701
Preferenciais	474.085
Total	1.502.786
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
1	Ativo Total	6.006.090	5.952.958	6.192.471
1.01	Ativo Circulante	2.333.711	2.245.179	3.063.874
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	322.103	47.681	345.767
1.01.03	Contas a Receber	917.317	850.351	691.166
1.01.03.01	Clientes	789.170	760.768	599.082
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	128.147	89.583	92.084
1.01.04	Estoques	661.412	596.485	663.065
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.171	155.857	160.216
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	381.708	594.805	1.203.660
1.01.08.03	Outros	381.708	594.805	1.203.660
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	377.773	583.772	1.185.762
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	0	0	9.650
1.01.08.03.03	Operações com Derivativos	3.935	11.033	8.248
1.02	Ativo Não Circulante	3.672.379	3.707.779	3.128.597
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	622.982	736.172	612.438
1.02.01.03	Contas a Receber	48.376	115.593	44.104
1.02.01.06	Tributos Diferidos	121.655	136.408	164.998
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	321.079	272.476	252.871
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	131.872	211.695	150.465
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	282	119	0
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	22.379	27.060	25.823
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos e Outros	109.211	181.029	124.642
1.02.01.09.07	Plano de Previdência Privada	0	3.487	0
1.02.02	Investimentos	1.993.500	2.018.599	1.687.157
1.02.03	Imobilizado	932.826	869.384	755.697
1.02.04	Intangível	123.071	83.624	73.305

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
2	Passivo Total	6.006.090	5.952.958	6.192.471
2.01	Passivo Circulante	2.741.430	2.709.825	2.614.736
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	113.985	110.525	113.920
2.01.02	Fornecedores	1.574.990	1.494.530	1.621.046
2.01.03	Obrigações Fiscais	147.913	204.984	296.830
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	238.028	293.583	188.262
2.01.05	Outras Obrigações	666.514	606.203	394.678
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	298.663	244.378	115.253
2.01.05.02	Outros	367.851	361.825	279.425
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	13.539	47.382	61.931
2.01.05.02.05	Outros Passivos	354.312	314.443	217.494
2.02	Passivo Não Circulante	854.699	903.536	1.574.782
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	71.657	100.975	160.563
2.02.02	Outras Obrigações	534.638	575.300	1.240.850
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	534.638	575.300	1.219.630
2.02.02.02	Outros	0	0	21.220
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	0	0	21.220
2.02.04	Provisões	248.404	227.261	173.369
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	200.392	188.662	165.053
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	47.929	65.895	37.958
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.932	21.255	12.398
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	33.464	32.442	29.726
2.02.04.01.05	Plano de Previdência Privada	4.682	0	5.543
2.02.04.01.06	Plano de Assistência Médica	84.385	69.070	79.428
2.02.04.02	Outras Provisões	48.012	38.599	8.316
2.02.04.02.05	Outros Passivos	45.662	26.819	4.705
2.02.04.02.06	Operações com Derivativos	2.350	11.780	3.611
2.03	Patrimônio Líquido	2.409.961	2.339.597	2.002.953
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.793	1.085.793	1.085.793

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	138.554	115.021	84.698
2.03.04	Reservas de Lucros	1.159.103	925.274	833.493
2.03.04.01	Reserva Legal	217.158	217.158	217.158
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	941.945	708.116	616.335
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-9.986	-35.550	-30.828
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	36.497	249.059	29.797

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.453.679	5.981.953	6.702.963
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.474.416	-5.021.802	-5.318.893
3.03	Resultado Bruto	979.263	960.151	1.384.070
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-672.237	-650.091	-453.618
3.04.01	Despesas com Vendas	-583.802	-583.580	-427.116
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-341.979	-347.649	-317.206
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-341.979	-347.649	-317.206
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.392	130.347	-39.137
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	263.936	150.791	329.841
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	307.026	310.060	930.452
3.06	Resultado Financeiro	40.273	54.634	-51.201
3.06.01	Receitas Financeiras	838.538	1.112.060	653.940
3.06.02	Despesas Financeiras	-798.265	-1.057.426	-705.141
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	347.299	364.694	879.251
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-35.511	-77.902	-170.283
3.08.01	Corrente	-28.872	-46.335	-70.868
3.08.02	Diferido	-6.639	-31.567	-99.415
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	311.788	286.792	708.968
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	311.788	286.792	708.968

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	311.788	286.792	708.968
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-186.998	214.539	43.805
4.03	Resultado Abrangente do Período	124.790	501.331	752.773

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	752.973	366.658	516.352
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	313.427	327.493	742.927
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	347.299	364.694	879.251
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	153.198	129.729	135.514
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-263.936	-150.791	-329.841
6.01.01.05	Provisão e baixa de ativos	6.404	7.071	1.767
6.01.01.06	Provisão e baixa de investimentos	817	481	0
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre financiamento	542	3.144	1.261
6.01.01.08	Provisões para demandas judiciais e administrativas e atualização monetária	11.549	59.420	23.908
6.01.01.09	Ajuste a valor presente	-11.020	-17.192	12.922
6.01.01.10	Provisões para perda no estoque	11.712	13.465	8.111
6.01.01.11	Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.329	29.938	20.096
6.01.01.12	Remuneração Baseada em Ações	23.533	30.323	12.051
6.01.01.13	Ganhos com Operações com Derivativos	0	-39.595	-22.113
6.01.01.15	Remensuração do valor justo do investimento	0	-103.194	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	469.755	101.062	-184.827
6.01.02.01	Clientes	-64.794	-196.952	-73.648
6.01.02.02	Estoques	-79.360	74.580	-69.551
6.01.02.03	Impostos a recuperar	109.367	3.122	-44.703
6.01.02.04	Contas a receber partes relacionadas	220.179	73.357	361.583
6.01.02.05	Dividendos recebidos	115.440	259.539	65.996
6.01.02.06	Demais ativos	121.601	-131.721	-26.740
6.01.02.07	Fornecedores	83.342	-116.712	-108.957
6.01.02.08	Contas a pagar partes relacionadas	54.028	129.017	-153.347
6.01.02.09	Obrigações com pessoal	3.460	-3.395	4.969
6.01.02.10	Impostos e contribuições	-55.159	-98.376	78.703
6.01.02.11	Demais passivos	-38.349	108.603	-219.132
6.01.03	Outros	-30.209	-61.897	-41.748
6.01.03.01	Pagamento de IR e CS	-30.209	-61.897	-41.748

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-303.353	-368.315	-245.485
6.02.01	Investimento em ativo imobilizado e intangível	-262.491	-260.806	-206.127
6.02.02	Investimentos em controladas	-40.862	-107.509	-39.358
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-175.198	-296.429	-372.542
6.03.01	Ingressos de financiamentos	151.881	729.946	90.500
6.03.02	Amortizações de financiamentos	-234.672	-684.913	-17.042
6.03.03	Juros pagos sobre financiamentos	-2.624	-2.444	-1.417
6.03.04	Mútuo e C/C entre partes relacionadas	-83.813	-151.083	520.238
6.03.05	Juros recebidos (pagos) sobre mútuos	-5.456	7.141	146.624
6.03.07	Dividendos pagos	-514	-195.076	-1.111.445
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	274.422	-298.086	-101.675
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.681	345.767	447.442
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	322.103	47.681	345.767

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	23.533	0	-77.959	0	-54.426
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-77.959	0	-77.959
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	23.533	0	0	0	23.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	311.788	-186.998	124.790
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	311.788	0	311.788
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-186.998	-186.998
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	41.348	41.348
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	-212.562	-212.562
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-15.784	-15.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	233.829	-233.829	0	0
5.06.04	Proposta de capitalização de lucros	0	0	73.310	-73.310	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	160.519	-160.519	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.323	-123.301	-71.709	0	-164.687
5.04.06	Dividendos	0	0	-123.301	-71.709	0	-195.010
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	30.323	0	0	0	30.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	286.792	214.539	501.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	286.792	0	286.792
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	214.539	214.539
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-18.072	-18.072
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	219.262	219.262
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	13.349	13.349
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	215.083	-215.083	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	215.083	-215.083	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	72.647	1.237.544	0	-44.835	2.351.149
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	72.647	1.237.544	0	-44.835	2.351.149
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.051	-935.772	-177.248	0	-1.100.969
5.04.06	Dividendos	0	0	-935.772	-177.248	0	-1.113.020
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	12.051	0	0	0	12.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.968	43.805	752.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.968	0	708.968
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.805	43.805
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-115	-115
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	44.471	44.471
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-551	-551
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	531.720	-531.720	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	531.720	-531.720	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	8.483.113	7.868.063	8.661.404
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.492.521	7.668.374	8.660.846
7.01.02	Outras Receitas	23.921	229.627	20.654
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-33.329	-29.938	-20.096
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.028.835	-5.623.427	-5.792.676
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.492.991	-5.010.763	-5.401.343
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-535.844	-612.664	-391.333
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.454.278	2.244.636	2.868.728
7.04	Retenções	-153.198	-129.729	-135.514
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-153.198	-129.729	-135.514
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.301.080	2.114.907	2.733.214
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.102.474	1.262.851	983.781
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	263.936	150.791	329.841
7.06.02	Receitas Financeiras	838.538	1.112.060	653.940
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.403.554	3.377.758	3.716.995
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.403.554	3.377.758	3.716.995
7.08.01	Pessoal	1.166.645	1.117.703	1.193.648
7.08.01.01	Remuneração Direta	939.818	907.918	991.451
7.08.01.02	Benefícios	226.827	209.785	202.197
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.092.797	881.782	1.076.791
7.08.02.01	Federais	672.265	668.775	845.956
7.08.02.02	Estaduais	415.504	207.906	227.077
7.08.02.03	Municipais	5.028	5.101	3.758
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	832.324	1.091.481	737.588
7.08.03.01	Juros	798.265	1.057.426	705.141
7.08.03.02	Aluguéis	34.059	34.055	32.447
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	311.788	286.792	708.968
7.08.04.02	Dividendos	77.959	71.709	177.248
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	233.829	215.083	531.720

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
1	Ativo Total	6.569.138	6.749.442	6.325.000
1.01	Ativo Circulante	4.275.415	4.374.350	4.539.875
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	756.352	490.114	722.866
1.01.03	Contas a Receber	1.575.399	1.664.452	1.330.923
1.01.03.01	Clientes	1.393.737	1.530.561	1.177.859
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	181.662	133.891	153.064
1.01.04	Estoques	1.164.499	1.149.531	1.180.788
1.01.06	Tributos a Recuperar	138.038	261.798	255.023
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	641.127	808.455	1.050.275
1.01.08.03	Outros	641.127	808.455	1.050.275
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	637.192	797.384	1.042.027
1.01.08.03.03	Operações com Derivativos	3.935	11.071	8.248
1.02	Ativo Não Circulante	2.293.723	2.375.092	1.785.125
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	780.968	954.191	691.674
1.02.01.03	Contas a Receber	92.311	116.107	44.570
1.02.01.06	Tributos Diferidos	211.489	234.358	229.707
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	321.079	367.210	239.748
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	156.089	236.516	177.649
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	282	119	0
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	22.470	27.150	26.181
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos e Outros	133.337	205.760	151.468
1.02.01.09.07	Plano de Previdência Privada	0	3.487	0
1.02.02	Investimentos	148.755	125.944	5.510
1.02.03	Imobilizado	1.221.009	1.188.758	997.937
1.02.04	Intangível	142.991	106.199	90.004

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
2	Passivo Total	6.569.138	6.749.442	6.325.000
2.01	Passivo Circulante	3.598.242	3.805.680	3.766.554
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	125.799	125.817	129.189
2.01.02	Fornecedores	2.260.527	2.289.079	2.489.719
2.01.03	Obrigações Fiscais	192.965	316.090	359.778
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	265.702	297.931	188.262
2.01.05	Outras Obrigações	753.249	776.763	599.606
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	222.950	250.161	84.551
2.01.05.02	Outros	530.299	526.602	515.055
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	15.353	47.382	64.664
2.01.05.02.05	Outros Passivos	514.946	479.220	450.391
2.02	Passivo Não Circulante	426.106	434.513	425.238
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	71.657	100.975	160.563
2.02.02	Outras Obrigações	50.385	45.730	66.721
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	50.385	45.730	44.804
2.02.02.02	Outros	0	0	21.917
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	0	0	21.917
2.02.04	Provisões	304.064	287.808	197.954
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	249.844	238.740	181.845
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	80.336	102.172	43.750
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.070	26.613	14.979
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	41.371	40.885	38.145
2.02.04.01.05	Plano de Previdência Privada	4.682	0	5.543
2.02.04.01.06	Plano de Assistência Médica	84.385	69.070	79.428
2.02.04.02	Outras Provisões	54.220	49.068	16.109
2.02.04.02.05	Outros Passivos	51.870	37.288	12.498
2.02.04.02.06	Operações com Derivativos	2.350	11.780	3.611
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.544.790	2.509.249	2.133.208
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.793	1.085.793	1.085.793

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	138.554	115.021	84.698
2.03.04	Reservas de Lucros	1.159.103	925.274	833.493
2.03.04.01	Reserva Legal	217.158	217.158	217.158
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	941.945	708.116	616.335
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-9.986	-35.550	-30.828
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	36.497	249.059	29.797
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	134.829	169.652	130.255

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.218.765	9.387.172	9.659.403
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.634.030	-7.800.892	-7.563.867
3.03	Resultado Bruto	1.584.735	1.586.280	2.095.536
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.280.212	-1.173.906	-1.042.337
3.04.01	Despesas com Vendas	-777.222	-769.405	-560.381
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-433.157	-470.740	-393.227
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-433.157	-470.740	-393.227
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-55.932	69.480	-88.729
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.901	-3.241	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	304.523	412.374	1.053.199
3.06	Resultado Financeiro	128.719	102.025	-76.724
3.06.01	Receitas Financeiras	981.835	1.292.675	772.100
3.06.02	Despesas Financeiras	-853.116	-1.190.650	-848.824
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	433.242	514.399	976.475
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-116.502	-223.515	-262.567
3.08.01	Corrente	-108.223	-217.359	-162.451
3.08.02	Diferido	-8.279	-6.156	-100.116
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	316.740	290.884	713.908
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	316.740	290.884	713.908
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	311.788	286.792	708.968
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.952	4.092	4.940

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	311.788	286.792	708.968
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-226.773	249.844	55.533
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	85.015	536.636	764.501
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	124.790	501.331	752.773
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-39.775	35.305	11.728

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.208.828	-479.764	422.342
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	729.224	726.224	1.233.655
6.01.01.01	Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	433.242	514.399	976.475
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	187.253	172.951	158.691
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-13.901	-3.241	0
6.01.01.05	Provisão e baixa de ativos	7.127	8.002	9.579
6.01.01.06	Provisão e baixa de investimentos	817	481	0
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre financiamento	543	3.144	1.261
6.01.01.08	Provisões para demandas judiciais e administrativas e atualização monetária	12.808	93.892	31.325
6.01.01.09	Ajuste a valor presente	-5.145	-13.649	16.550
6.01.01.10	Provisões para perda no estoque	28.039	26.730	16.738
6.01.01.11	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	53.228	37.107	32.912
6.01.01.12	Remuneração Baseada em ações	23.533	30.323	12.051
6.01.01.13	Ganhos com Operações com Derivativos	1.680	-40.721	-21.927
6.01.01.15	Remensuração do valor justo do investimento	0	-103.194	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	652.805	-1.025.797	-675.548
6.01.02.01	Clientes	82.972	-398.672	-122.765
6.01.02.02	Estoques	-42.509	34.457	-59.666
6.01.02.03	Impostos a recuperar	128.440	-7.744	-75.988
6.01.02.04	Contas a receber partes relacionadas	587.750	-370.768	-224.153
6.01.02.06	Demais ativos	48.447	-112.999	-15.175
6.01.02.07	Fornecedores	-24.692	-197.459	-54.530
6.01.02.08	Contas a pagar partes relacionadas	-19.345	96.144	16.327
6.01.02.09	Obrigações com pessoal	-18	-3.372	6.830
6.01.02.10	Impostos e contribuições	-55.486	-107.241	110.105
6.01.02.11	Demais passivos	-52.754	41.857	-256.533
6.01.03	Outros	-173.201	-180.191	-135.765
6.01.03.01	Pagamento de IR e CS	-173.201	-180.191	-135.765
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-495.022	-138.694	-187.153

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.01	Investimento em ativo imobilizado e intangível	-331.643	-298.054	-226.853
6.02.02	Investimentos em controladas	-37.550	-20.920	0
6.02.03	Variação de investimento no exterior	-125.829	180.280	39.700
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-447.568	385.706	-483.834
6.03.01	Ingressos de financiamentos	178.135	729.946	90.500
6.03.02	Amortizações de financiamentos	-237.601	-680.565	-17.618
6.03.03	Juros pagos sobre financiamentos	-2.624	-2.444	-1.417
6.03.04	Mútuo e C/C entre partes relacionadas	-394.131	540.602	409.522
6.03.05	Juros recebidos (pagos) sobre mútuos	10.903	7.141	146.624
6.03.07	Dividendos pagos	-2.250	-208.974	-1.111.445
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	266.238	-232.752	-248.645
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	490.114	722.866	971.511
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	756.352	490.114	722.866

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597	169.652	2.509.249
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597	169.652	2.509.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	23.533	0	-77.959	0	-54.426	0	-54.426
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-77.959	0	-77.959	0	-77.959
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	23.533	0	0	0	23.533	0	23.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	311.788	-186.998	124.790	-34.823	89.967
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	311.788	0	311.788	4.952	316.740
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-186.998	-186.998	-39.775	-226.773
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	41.348	41.348	0	41.348
5.05.02.06	Variação cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	-212.562	-212.562	-39.775	-252.337
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-15.784	-15.784	0	-15.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	233.829	-233.829	0	0	0	0
5.06.04	Proposta de capitalização de lucros	0	0	73.310	-73.310	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	160.519	-160.519	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961	134.829	2.544.790

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953	130.255	2.133.208
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953	130.255	2.133.208
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.323	-123.301	-71.709	0	-164.687	0	-164.687
5.04.06	Dividendos	0	0	-123.301	-71.709	0	-195.010	0	-195.010
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	30.323	0	0	0	30.323	0	30.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	286.792	214.539	501.331	39.397	540.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	286.792	0	286.792	4.092	290.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	214.539	214.539	35.305	249.844
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-18.072	-18.072	0	-18.072
5.05.02.06	Variação cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	219.262	219.262	35.305	254.567
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	13.349	13.349	0	13.349
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	215.083	-215.083	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	215.083	-215.083	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597	169.652	2.509.249

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	72.647	1.237.544	0	-44.835	2.351.149	113.587	2.464.736
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	72.647	1.237.544	0	-44.835	2.351.149	113.587	2.464.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.051	-935.772	-177.248	0	-1.100.969	0	-1.100.969
5.04.06	Dividendos	0	0	-935.772	-177.248	0	-1.113.020	0	-1.113.020
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	12.051	0	0	0	12.051	0	12.051
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.968	43.805	752.773	16.668	769.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.968	0	708.968	4.940	713.908
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.805	43.805	11.728	55.533
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-115	-115	0	-115
5.05.02.06	Varição cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	44.471	44.471	11.728	56.199
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-551	-551	0	-551
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	531.720	-531.720	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	531.720	-531.720	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953	130.255	2.133.208

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	11.640.349	11.552.407	11.899.413
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.668.156	11.372.163	11.926.704
7.01.02	Outras Receitas	25.421	217.351	5.621
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-53.228	-37.107	-32.912
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.504.779	-8.740.202	-8.270.472
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.784.569	-7.786.788	-7.641.114
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-720.210	-953.414	-629.358
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.135.570	2.812.205	3.628.941
7.04	Retenções	-187.253	-172.951	-158.691
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-187.253	-172.951	-158.691
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.948.317	2.639.254	3.470.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	967.934	1.289.434	772.100
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.901	-3.241	0
7.06.02	Receitas Financeiras	981.835	1.292.675	772.100
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.916.251	3.928.688	4.242.350
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.916.251	3.928.688	4.242.350
7.08.01	Pessoal	1.388.982	1.339.609	1.383.946
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.104.607	1.056.693	1.123.818
7.08.01.02	Benefícios	284.375	282.916	260.128
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.302.648	1.051.563	1.245.133
7.08.02.01	Federais	775.680	882.558	978.643
7.08.02.02	Estaduais	518.168	158.172	257.198
7.08.02.03	Municipais	8.800	10.833	9.292
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	907.881	1.246.632	899.363
7.08.03.01	Juros	853.116	1.190.650	848.824
7.08.03.02	Aluguéis	54.765	55.982	50.539
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	311.788	286.792	708.968
7.08.04.02	Dividendos	77.959	71.709	177.248
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	233.829	215.083	531.720

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.05	Outros	4.952	4.092	4.940
7.08.05.01	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.952	4.092	4.940

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,
submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Whirlpool, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

Mercado Interno

O ano de 2016 foi marcado por instabilidade política, acompanhada por recessão econômica e alta volatilidade no mercado de câmbio. Em 2016 o Brasil perdeu o grau de investimento pelas três maiores agências de risco mundiais, consequência da deterioração das contas públicas, baixo crescimento econômico e entrave político dificultando as reformas estruturais e fiscais. Como reflexo disso, a cotação do Real atingiu a máxima de 4,16 no início do ano. Após o impeachment de Dilma Rousseff, condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal, Michel Temer assume e busca equilibrar os gastos do governo. Foi contido o aumento da inflação (de 10,7% em 2015 para 6,3% em 2016) e, como consequência, foi possível iniciar a queda da taxa básica de juros – taxa Selic – (de 14,25% para 13,75%, com expectativa de que a redução continue em 2017). Ao longo do ano, o Real apreciou 13%, influenciado por notícias de estabilização da economia interna, bem como números positivos de preço de commodities. Contudo, a retração do PIB de 2016 deve ficar próximo de -3,5%, e o mercado de linha branca deve ter queda de 16,5%.

A expectativa econômica para 2017 é de uma tímida retomada no crescimento do PIB de 0,5%. Entretanto, ainda se espera um aumento da taxa de desemprego (que pode chegar a 13% em 2017), prejudicando o consumo. O Banco Central do Brasil continuará reduzindo a taxa Selic para estimular a economia (expectativa que chegue em 9,5% ao fim do ano), já que a inflação deve se manter controlada e se estabilizar próximo ao teto da meta (4,5% a.a.). A incerteza no cenário político deve continuar em 2017 com o andamento das investigações de corrupção (“Lava-Jato”), que pode dificultar o andamento do ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas.

Mercado externo

A vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos aumentou expectativa para uma política fiscal expansionista nos próximos anos. Além disso, é esperado um aumento das medidas protecionistas, prejudicando seus principais parceiros comerciais. O mercado americano antecipou essas expectativas, valorizando o dólar e elevando a taxa de juros. O Fed aumentou a taxa de juros em Dezembro, de 0,50% para 0,75% (segundo aumento dos juros nos últimos dez anos), dado o cenário econômico de inflação em baixa, crescimento sólido de criação de vagas de emprego e a economia crescendo (1,9% em 2016 e expectativa de crescimento de 2,3% para 2017). O Fed ainda afirmou que prevê mais três aumentos da taxa de juros em 2017.

A América Latina passou por um ano desafiado em 2016, com crescimento médio menor do que em 2015, especialmente na Argentina e na Colômbia, e desaceleração no Chile e México. O país da América Latina mais afetado pela vitória do Trump será o México (crescimento esperado para 2017 de 1,8% vs. 2,1% em 2016) que terá grandes impactos comerciais com os EUA, além de uma forte pressão inflacionária devido o efeito da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desvalorização da moeda. A Argentina deve crescer 2,5% em 2017 vs. -2,36% em 2016 e a inflação tende a se normalizar no próximo ano.

A União Europeia enfrenta a saída do Reino Unido, com muitos impactos ainda incertos, mas principalmente com um enfraquecimento do bloco que configurou uma situação de instabilidade política e econômica para o continente europeu. O PIB deve crescer 1,6% na zona do Euro e para 2017 ficam as expectativas sobre eleições na maioria dos países da Europa, na crise dos refugiados e nas ameaças terroristas. A inflação vem se mantendo em níveis baixos (com previsão de apenas 0,2% na zona do euro para 2016) e o Banco Central Europeu tem adotado medidas para trazer para um nível de aproximadamente 1,5% para 2017.

A atividade industrial da China se estabilizou em 2016, sustentada com estímulos políticos para incentivar seu crescimento. Adicionalmente, a OPEP fechou acordo de restrição da produção, impactando a oferta do petróleo e tendo valorização de mais de 50% no ano de 2016. Esses dois fatos elevaram o preço das demais commodities, que teve reflexo positivo nas moedas dos países emergentes.

2. MERCADOS

Com crédito mais difícil e falta de confiança do consumidor para fazer dívidas, as vendas de eletrodomésticos no Brasil acumularam queda de 16,5% em 2016. O faturamento total de eletrodomésticos no Brasil caiu 6% em comparação com o ano anterior, e a projeção para 2017 é que fique estável, crescimento de 0%. Para os demais países da América Latina está previsto queda de 2% em 2016 no setor, mas com desempenho variado entre países. Os destaques ficam para Argentina (-10%) Colômbia (-3%) e América Central (6%). Em 2016, a demanda de compressores na Ásia foi afetada pela redução da atividade econômica na China. Na América Latina também houve queda, principalmente, devido à crise econômica e política no Brasil. Em contra partida, houve uma leve melhora no mercado Europeu e uma tendência positiva no mercado Norte Americano, embora tenha uma forte pressão nos preços vinda de competidores locais.

Em 2016 a Companhia lançou no mercado nacional novos produtos das marcas Brastemp, Consul e KitchenAid. Dentre as novidades, a Brastemp relançou o Frigobar Brastemp Retrô, em quatro cores diferentes, que resgatam uma lembrança vintage e, ao mesmo tempo, trazem cores e acabamentos inspirados nas tendências mais atuais de design. Além disso, a Brastemp lançou uma nova linha de lavadoras de roupa que possui o super filtro anti-fiapos e capta até 5 vezes mais fiapos, com uma performance diferenciada e maior cuidado com as roupas. A Consul lançou uma nova linha de refrigeradores com tecnologia Frost Free e acabamento Evox, que protege a geladeira da ferrugem e corrosão com uma camada de zinco e uma película impermeabilizante aplicada sobre o aço, e possui três anos de garantia. A KitchenAid lançou uma nova linha de cafeteiras artesanais, com diferentes métodos para o preparo rápido de café artesanal, permitindo desfrutar de uma xícara premium e encorpada em poucos passos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. RESULTADOS

Resultado das Operações

No ano de 2016, a receita líquida de vendas da Whirlpool S.A. consolidado totalizou R\$9.219 milhões (R\$9.387 milhões em 2015), representando uma redução de 1,79% em relação ao ano anterior. O resultado do exercício após participação em sociedades controladas e coligadas e antes dos impostos foi de R\$433 milhões (R\$514 milhões em 2015), equivalente a 4,70% da receita líquida de vendas e serviços (5,48% em 2015).

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 alcançou R\$312 milhões (R\$287 milhões em 2015), equivalente a R\$0,21 por ação (R\$0,19 em 2015).

4. AÇÃO CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE

A Whirlpool direciona suas atividades para o desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis, considerando os fatores social, econômico e ambiental de forma responsável.

O ano de 2016 foi de grandes novidades. A Brastemp lançou sua nova assinatura “Sem dúvida, Brastemp” e a Consul lançou produtos que reforçam seu conceito Bem-Pensado. Fomos reconhecidos novamente como uma das empresas de destaque pelo Guia Exame de Sustentabilidade, por nosso case de Zero Envio de Resíduos para aterro, uma ação que teve continuidade em 2016, com impacto direto no meio-ambiente, isso é uma meta Global da Companhia, que foi atingida primeiramente no Brasil em 2015. Continuamos empoderando mulheres através do Consulado da Mulher, uma ação social da Consul que incentiva mulheres em situação de vulnerabilidade a conseguir sua independência financeira através do empreendedorismo e garantimos, pelo 20º ano consecutivo, nossa participação no Ranking Melhores Empresas para trabalhar da Você S/A, uma conquista que demonstra nosso compromisso com nossos colaboradores.

Ações de Responsabilidade Social

Comprometimento Social

Instituto Consulado da Mulher

O Instituto Consulado da Mulher é uma ação social da marca Consul que trabalha na transformação social por meio do incentivo ao empreendedorismo para mulheres de baixa renda e escolaridade, que vivem em comunidades vulneráveis na periferia das grandes cidades ou em áreas rurais de todo o Brasil.

O objetivo é que, com sua atividade empreendedora, elas possam gerar renda e proporcionar melhores condições de vida a elas e suas famílias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Construímos ao lado delas o mundo que acreditamos e que queremos viver: um mundo mais justo e sustentável.

O Consulado da Mulher conta com uma metodologia própria de assessoria a empreendimentos populares, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e Unesco como uma tecnologia social, replicável, eficaz e que entrega os resultados aos quais se propõe. Consulado oferece preparação (treinamentos) e consultoria de negócios, no período de dois anos.

Desde sua fundação, em 2002, o Consulado já beneficiou mais de 34 mil pessoas e 356 projetos (empreendimentos), o Consulado da Mulher atua de duas formas, regionalmente, a partir da Seleção de Empreendedoras (projetos coletivos e individuais), e nacionalmente, por meio do Prêmio Consulado da Mulher (projetos coletivos, com liderança feminina e 70% de atuação de mulheres).

Projetos Inscritos nos últimos 3 anos no Prêmio Consulado da Mulher: 2016: 128, 2015: 106 e 2014: 90.

Durante o período de dois anos, em que o Consulado assessora mulheres, o tempo de mortalidade de empreendimentos é inferior a 20%.

Investimento Social

A Whirlpool já investiu mais de R\$ 23,5 milhões no estado de Santa Catarina, nos mais variados setores: saúde, cultura, educação, esporte, meio ambiente, dentre outros.

Desde 2012, apoiamos o Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, com patrocínios via Lei Federal de Incentivo à Cultura e com recursos financeiros, totalizando o investimento de R\$1,5 milhões.

Contamos também com o Prêmio Embraco de Ecologia que, em 2016, teve sua 24ª edição. O objetivo do prêmio é incentivar as escolas a terem uma infraestrutura e cultura mais sustentável (captação de água da chuva, jardim com plantas locais etc) em Joinville e trabalhar a educação socioambiental em várias disciplinas. Em mais de duas décadas, o prêmio já beneficiou mais de 100 mil pessoas e recebeu 823 projetos, 106 dos quais posteriormente implantados com o patrocínio da Embraco.

No Amazonas, apoiamos, além da APAE Manaus, algumas outras instituições e projetos, como a Virada Sustentável Manaus e o Festival de Parintins, que é o carro-chefe da Cultura local.

Em São Paulo, apoiamos instituições como GRAAC, APAE São Paulo, AACD e Hospital do Câncer de Barretos. Patrocinamos também, via Lei de Incentivo ao Esporte, corridas como Night Run e Circuito Lótus.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ações de Sustentabilidade

Comprometimento Ambiental

A atuação da Companhia se pauta pelo atendimento às necessidades de seus consumidores com ética, inovação e transparência, oferecendo produtos e negócios com reduzido impacto ambiental. A diminuição do consumo de energia elétrica, água e até mesmo de insumos, além da mitigação dos impactos sobre o meio ambiente, são características levadas em conta no desenvolvimento dos produtos da Companhia, desde a fase de elaboração dos projetos, manufatura, distribuição, uso e até o final de sua vida útil.

Ações de Meio Ambiente

Todas as plantas possuem metas específicas para o consumo de água, energia elétrica, gás natural e para o envio de resíduos sólidos para aterro. O objetivo é, sistematicamente, melhorar a performance quanto ao consumo de recursos naturais e quanto ao impacto causado pela disposição final de resíduos.

A Companhia concentra seus esforços de engenharia e design para colocar no mercado opções que sejam verdadeiramente úteis para consumidores e que tenham a melhor relação custo/benefício. Para isso, aplica, desde 2010, a ferramenta Design for Environment (DfE), que mensura o impacto do produto ao meio ambiente, desde o projeto até o seu descarte, pós-uso. O cuidado com a Segurança e Saúde dos nossos funcionários e prestadores de serviços, além de toda a preocupação com Meio Ambiente, são fatores fundamentais para a gestão da empresa. Mensalmente, os resultados de todas as Unidades nesta área são reportados para a Alta Administração com base em metas extremamente rígidas, buscando a melhoria contínua ano a ano. De acordo com os dados do Dashboard em 2016 tivemos uma redução de 7,3% de acidentes de trabalho (recordable cases) em comparação a 2015 ou 79% nos últimos 5 anos (2010). Em 2016, mantivemos a meta de envio de zero resíduos industriais e não industriais para aterros. Para alcançar o objetivo de eliminar os resíduos, a Whirlpool desenvolveu diversas ações de incentivo à liderança, conscientização e mudança de comportamento de colaboradores para redução de desperdício e melhoria da segregação de materiais, engajamento de fornecedores, desenvolvimento de oportunidades de negócio junto a parceiros externos para reciclagem ou reutilização de resíduos, além de investimento em novos processos, tecnologias e materiais. Entre as alternativas encontradas pela companhia para substituir o envio dos resíduos para aterro estão a compostagem e o coprocessamento em cimenteira, em que o resíduo é utilizado como combustível para os fornos de produção de cimento, substituindo matéria-prima virgem, como carvão ou gás natural. Os materiais que não podem ser reciclados são destinados à incineração, mas a companhia segue em busca de novas tecnologias para melhorar a classificação e a segregação dos resíduos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cadeia de valor responsável

Além do Código de Ética, que orienta a conduta dos colaboradores ao se relacionar com públicos de interesse, a Companhia também se preocupa com o envolvimento da sua cadeia de valor e com o modo de atuação de seus fornecedores. Por isso, possui o Código de Conduta do Fornecedor Whirlpool. No Brasil, 100% dos fornecedores assinaram o documento.

Desde 2012, mantemos o programa de Excelência de Fornecedores, visando o desenvolvimento dos parceiros em sustentabilidade, nível de serviço, qualidade, custo e produto.

Pessoas

VISÃO

As melhores marcas e produtos para o consumidor, em todos os lares ao redor do mundo.

MISSÃO

Criar demanda e conquistar a confiança todos os dias.

VALORES

Respeito | Integridade | Diversidade e Inclusão | Trabalho em equipe | Espírito de vitória

ESTRATÉGIA

Liderança em Produto | Excelência Operacional | Liderança em Marca | Excelência em Pessoas

O pilar da Excelência em Pessoas é instituído a partir de uma Arquitetura Estratégica Global e traduz a identidade da empresa em oferecer oportunidades a todos os colaboradores, se valendo de uma cultura meritocrática.

Três diretrizes compõem esse pilar e estruturam as atividades do departamento: Performance Extraordinária, Ótimas Pessoas e Cultura Vencedora.

Um dos mais importantes reconhecimentos é figurarmos pelo 20º ano consecutivo - desde sua criação- no ranking das “Melhores Empresas para Trabalhar” pelo Guia da Você S/A e pelo 5º ano consecutivo pelo Instituto Great Place to Work.

Contamos com processos estruturados de seleção, feedback e avaliação de colaboradores, que garantem nossa estratégia de seleção e retenção de talentos. Em 2016, fomos considerados uma das 20 empresas mais atraentes para se trabalhar pelo LinkedIn.

Inovação e Tecnologia

A Whirlpool considera inovação como um dos pilares fundamentais para a competitividade da empresa e, por isso, investe em talentos e infraestrutura laboratorial dentro e fora da empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No que diz respeito à estrutura física dedicada à inovação, contamos com 23 laboratórios de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Na unidade de Joinville, contamos ainda com quatro centros de tecnologia e desenvolvemos tecnologias que serão aplicadas mundialmente em áreas como refrigeração, ar- condicionado, água, cocção e eletrônica. Destinamos de 3% a 4% do faturamento da Whirlpool em pesquisa e desenvolvimento, independente do cenário econômico. Somente em 2015 lançamos 200 produtos no mercado e cerca de 23% da receita, neste mesmo ano, adveio destes produtos inovadores. Em 2016, mantivemos a mesma média.

Para a Whirlpool, inovação significa o desenvolvimento de produtos e soluções únicas e a empresa não mede esforços e investimentos para antecipar tendências de mercado mundiais que se traduzem em soluções e benefícios reais ao consumidor. Portanto, se o consumidor não perceber o real benefício do produto, não o consideramos como inovador.

A partir do mapeamento de lacunas de competências e capacidades e do ímpeto de aperfeiçoar soluções, bem como desenvolver novos produtos, a Whirlpool conta com mais de 10 parcerias com universidades e institutos de P&D como Udesc, Senai-SC e UFSC, maior parceiro e com quem há 34 anos convertemos pesquisas de ponta em aplicação acessível à população.

Outra parceria bastante relevante é o Inova Talentos. Participamos do Programa, pertencente ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de colaborar para a formação de profissionais aptos a atuar no setor de inovação empresarial. Enviamos projetos à entidade para os quais buscamos talentos que identifiquem soluções criativas e, posteriormente, sejam orientados em suas pesquisas.

Desde 2014, mais de 60 bolsistas foram inseridos pelo programa Inova Talentos em projetos de inovação em produto, processo e organizacional.

Alguns destaques de inovação de 2016 são:

- Inauguração da fábrica de cápsulas da BBlend no Brasil
- Em 2016, ficamos em 4º lugar no Prêmio Inovação Brasil do jornal Valor Econômico;
- Diversas conquistas de inovação ocorreram no ano de 2016, fomos a primeira colocada em prêmios importantes como :
 - Campeãs da Inovação - revista Amanhã
 - Prêmio de Inovação Joinville
 - Prêmio Inovação Brasil- Jornal Valor Econômico

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reconhecimentos obtidos pela Whirlpool S.A.

- Pelo 20º ano consecutivo, esteve presente no Guia Você S/A das Melhores Empresas para Você Trabalhar, sendo uma das únicas empresas presentes no ranking desde a primeira edição.
- A Whirlpool Latin America foi reconhecida pela 5ª vez como uma das Melhores empresas para Trabalhar, segundo o Great Place do Work em parceria com a Revista Época, da editora Globo.
- Pela terceira vez consecutiva somos reconhecidos, pela Revista Época Negócios, como a melhor empresa na categoria “Eletroeletrônica”, do prêmio Época 360º.
- O presidente da Whirlpool Latin America, João Carlos Brega, foi reconhecido pela quarta vez consecutiva como Executivo de Valor do setor de eletroeletrônicos, segundo o jornal Valor Econômico.
- Pela quarta vez consecutiva a Whirlpool é campeã na categoria “Eletroeletrônicos” do prêmio Melhores & Maiores, concedido pela revista Exame. Estamos presentes no ranking há 7 anos.
- Pela sexta vez a Whirlpool Latin America foi reconhecida pelo Guia Exame de Sustentabilidade como uma das empresas modelo em Sustentabilidade.
- A Whirlpool foi reconhecida novamente como “Empresa Notável”, pela revista Consumidor Moderno.
- Está presente na Revista Carta Capital, entre As Empresas Mais Admiradas no Brasil em 2016. A Whirlpool é vencedora na categoria Eletrodomésticos em todas as edições da publicação, há 19 anos.
- A Whirlpool Latin America está mais uma vez no ranking das 1000 empresas indicadas pelo prêmio Valor 1000, do Jornal Valor Econômico, sendo a melhor no setor de eletroeletrônicos.

Brastemp

- Top Of Mind, pela 8ª vez na categoria “Lavadora de Roupa”, como a marca Top Of Mind, de acordo com o jornal Folha de S.Paulo.
- A Brastemp ganhou o primeiro lugar, na segunda edição do prêmio “Marcas Mais”, promovido pelo jornal O Estado de São Paulo, na categoria eletrodomésticos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Foi eleita a Marca de Confiança dos consumidores brasileiros, segundo a Revista Seleções da Reader's Digest, na categoria Eletrodomésticos, pelo 15º ano consecutivo.

Consul

- É a marca mais lembrada na categoria refrigeradores e ar-condicionado, de acordo com a premiação Top of Mind, promovida pelo jornal Folha de S.Paulo.

É Top Of Mind Rio Grande do Sul na categoria ar condicionado pela Revista Amanhã pelo quarto ano consecutivo.

5. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que no exercício de 2016, a Whirlpool S. A. utilizou serviços prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. referente auditoria que estão em conformidade com as regras de independência estabelecidas pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Todos os serviços prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., de auditoria ou não, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos parceiros, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros que, por mais um ano, colaboraram para o desempenho da Companhia e que nos ajudam a, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pelo mercado, em busca da lealdade de nossos consumidores.

A Administração

Fevereiro de 2017

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e um centro de distribuição. No exterior, possui três unidades fabris, sendo duas na China e uma na Argentina. Possui escritórios no Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizadas, incluindo nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social - %			
	2016		2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	-	99,43	-
CNB Consultoria Ltda.	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	100,00	-	100,00	-
Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	-	100,00	-	100,00
Latin America Warranty S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru S.R.L.	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	-	100,00	-
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	-	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do balanço.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e das suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00%
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação interestadual ***	4,00%
IPI (incidência por categoria de produto) ****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia

- * ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul e Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo. (12%)
- ** ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste e Centro Oeste, incluindo ES (7%.)
- *** ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal N°.13 de 2012. (4%)
- **** IPI – Produtos com redução na alíquota devido à classificação energética classe A. (Base Legal Decreto N°.8.035 de 2013).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo Federal: SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Governo do Estado: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ - Secretaria do Estado da Fazenda e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único, a partir do ano calendário 2013; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo split system, a partir do ano calendário 2009; (iv) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de máquina de lavar louças, a partir do ano calendário 2012; (v) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo split system e máquina de lavar louças, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (vi) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<u>Taxas médias de depreciação anuais</u>	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	5%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Informática	20%
Demais bens	10%
Imobilizado em andamento	n/a

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões--Continuação

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 18) e assistência médica (Nota 19). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada. O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora indireta da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de hedge--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.15 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

2.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016

Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016--Continuação

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 48/IFRS 9: Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos.
CPC 47/IFRS 15: Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Exige que uma entidade ao reconhecer o montante da receita refletida na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.	A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que, as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.
IFRS 16: Leases	1º de janeiro de 2019	Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Companhia está avaliando o conteúdo e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento, porém, a nossa avaliação preliminar referente aos impactos da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras é o potencial reconhecimento de um ativo imobilizado e um passivo financeiro. A Companhia está na fase de levantamento de todos os contratos de arrendamento mercantil vigentes para mensurar os impactos financeiros.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2016--Continuação

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras.

2.22 Reapresentação de saldos em função dos efeitos de reclassificação das operações de saques cambiais de exportação

A Administração entende que os efeitos das operações de saque exportação, anteriormente contabilizados como saldos credores de contas a receber, devem ser reclassificados para o passivo, como instrumentos financeiros de dívida. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou tal reclassificação e está reapresentando os saldos contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Os impactos no balanço patrimonial e no fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

Balanco Patrimonial	Controladora					
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Reclassificações	Reclassificado em 31.12.2015	Anteriormente divulgado em 31.12.2014	Reclassificações	Reclassificado em 01.01.2015
Ativo circulante						
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	562.604	198.164	760.768	461.452	137.630	599.082
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	95.419	198.164	293.583	50.632	137.630	188.262
Balanco Patrimonial	Consolidado					
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Reclassificações	Reclassificado em 31.12.2015	Anteriormente divulgado em 31.12.2014	Reclassificações	Reclassificado em 01.01.2015
Ativo circulante						
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	1.332.397	198.164	1.530.561	1.040.229	137.630	1.177.859
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	99.767	198.164	297.931	50.632	137.630	188.262

Notas Explicativas**2. Políticas contábeis--Continuação****2.22 Reapresentação de saldos em função dos efeitos de reclassificação das operações de saques cambiais de exportação--Continuação**

Demonstração do fluxo de caixa	Controladora		
	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Ajustes	Reapresentado em 31.12.2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber	(136.418)	(60.534)	(196.952)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	427.192	(60.534)	366.658
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(356.963)	60.534	(296.429)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(298.086)	-	(298.086)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	345.767	-	345.767
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	47.681	-	47.681
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(298.086)	-	(298.086)
	Consolidado		
Demonstração do fluxo de caixa	Anteriormente divulgado em 31.12.2015	Ajustes	Reapresentado em 31.12.2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber	(338.138)	(60.534)	(398.672)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(419.230)	(60.534)	(479.764)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	325.172	60.534	385.706
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(232.752)	-	(232.752)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	722.866	-	722.866
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	490.114	-	490.114
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(232.752)	-	(232.752)

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Benefícios de aposentadoria--Continuação

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Provisões--Continuação

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

4. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	5.474.416	5.021.802	7.634.030	7.800.892
Despesas com vendas e distribuição	583.802	583.580	777.222	769.405
Despesas administrativas	341.979	347.649	433.157	470.740
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	10.392	(130.347)	55.932	(69.480)
	6.410.589	5.822.684	8.900.341	8.971.557
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	4.123.053	3.683.216	5.590.113	5.680.831
Outros custos	647.679	668.844	1.260.389	1.376.604
Outras despesas e receitas	320.014	223.192	473.604	401.562
Depreciação e amortização	153.198	129.729	187.253	172.951
Despesas com pessoal	1.166.645	1.117.703	1.388.982	1.339.609
	6.410.589	5.822.684	8.900.341	8.971.557

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	78.974	31.825	404.218	400.979
Certificados de depósitos bancários	243.129	15.856	352.134	89.135
	322.103	47.681	756.352	490.114

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 100% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento, com liquidez imediata e sem risco de mudança significativa do valor.

Notas Explicativas

6. Contas a receber, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cientes nacionais	616.690	590.494	1.178.821	1.293.340
Cientes no exterior	249.107	249.438	327.275	344.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.291)	(59.891)	(77.424)	(73.206)
Ajuste a valor presente	(22.336)	(19.273)	(34.935)	(34.311)
	789.170	760.768	1.393.737	1.530.561

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	635.596	659.971	1.164.964	1.374.173
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	76.941	85.005	141.164	145.197
de 61 a 180 dias	57.109	41.328	73.245	54.638
de 181 a 360 dias	34.905	38.982	43.678	44.253
mais de 360 dias	61.246	14.646	83.045	19.817
	865.797	839.932	1.506.096	1.638.078

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	59.891	37.326	73.206	59.121
Complemento de provisão no exercício (+)	33.329	29.938	53.228	37.107
Valores baixados da provisão (-)	(38.929)	(7.373)	(49.010)	(23.022)
Saldo no final do exercício	54.291	59.891	77.424	73.206

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	226.090	186.308	501.225	454.362
Matérias-primas e componentes	241.548	219.107	326.526	344.784
Importações em andamento e outros	204.884	204.147	364.513	385.755
Provisão para perdas	(4.974)	(9.662)	(14.693)	(21.800)
Ajuste a valor presente	(6.136)	(3.415)	(13.072)	(13.570)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	661.412	596.485	1.164.499	1.149.531

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	9.662	3.842	21.800	10.708
Complemento de provisão no exercício (+)	11.712	13.465	28.039	26.730
Valores baixados da provisão (-)	(16.400)	(7.645)	(33.719)	(17.670)
Ajustes de conversão	-	-	(1.427)	2.032
Saldo no final do exercício	4.974	9.662	14.693	21.800

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

Notas Explicativas

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ antecipado	19.200	19.200	20.575	27.111
Contribuição social antecipada	-	-	-	2.139
ICMS a compensar	25.123	129.683	80.937	181.333
IPI a compensar	3.504	3.354	3.505	3.409
COFINS a compensar	6.730	3.957	6.730	4.280
PIS a compensar	1.602	1.085	1.602	1.152
IRRF a compensar	11.531	16.679	31.636	51.686
REINTEGRA a compensar	1.922	3.829	1.922	3.829
Outros	3.938	5.130	13.601	14.009
Total	73.550	182.917	160.508	288.948
Ativo circulante	51.171	155.857	138.038	261.798
Ativo não circulante	22.379	27.060	22.470	27.150

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e Bases negativas	717	717	33.660	40.824
Provisões temporariamente não dedutíveis	151.328	161.100	191.740	202.371
Provisões para contingências	37.850	40.661	54.664	57.688
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	3.969	9.468	8.256	13.519
Plano de previdência privada e de assistência médica	5.013	914	5.013	914
Imposto de renda e contribuição social ativos	198.877	212.860	293.333	315.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis	(11.163)	(25.908)	(15.514)	(30.414)
Hedge, ajuste a valor presente, depreciação de imobilizado por unidades produzidas e Remensuração do valor justo do investimento	(66.059)	(50.544)	(66.330)	(50.544)
Imposto de renda e contribuição social passivos	(77.222)	(76.452)	(81.844)	(80.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	121.655	136.408	211.489	234.358

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são revisados anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral dos créditos é de até 2 anos para a controladora e de até 10 anos para o consolidado, exceto pelas contingências para o qual não é possível prever prazo de realização.

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(22.461)	(36.638)	(98.755)	(132.510)
Imposto de renda corrente ajuste exercício anterior	1.516	2.543	18.300	(54.498)
Imposto de renda diferido	(4.881)	(22.265)	(6.174)	(3.847)
Imposto de renda corrente e diferido	(25.826)	(56.360)	(86.629)	(190.855)
Variação na:				
Contribuição social corrente	(8.706)	(13.135)	(27.566)	(31.256)
Contribuição Social ajuste exercício anterior	779	895	(202)	905
Contribuição social diferida	(1.758)	(9.302)	(2.105)	(2.309)
Contribuição social corrente e diferida	(9.685)	(21.542)	(29.873)	(32.660)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado contábil antes dos impostos	347.299	364.694	433.242	514.399
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(263.936)	(150.791)	13.901	3.241
Ajuste preço de transferência	15.043	5.685	15.496	6.283
Pagamento baseado em ação	23.533	30.323	23.533	30.323
Incentivos fiscais ICMS	-	-	(42.404)	(71.542)
Outras diferenças permanentes	(5.746)	556	(16.046)	60.184
Base de cálculo	116.193	250.467	427.722	542.888
Alíquotas	34%	34%	34%	34%
Subtotal	(39.506)	(85.159)	(145.425)	(184.582)
Incentivo Fiscal	3.146	3.819	3.146	8.288
IRRF sobre dividendos de Controladas	(1.446)	-	(1.446)	-
Ajuste de exercício anterior	2.295	3.438	18.098	(53.593)
Diferença de alíquotas sobre resultados de controladas	-	-	9.125	6.372
Total	(35.511)	(77.902)	(116.502)	(223.515)

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

A empresa holding Whirlpool do Brasil Ltda., detém o controle da Companhia com 50,25% do capital. Indiretamente, a Whirlpool S.A tem como sua investidora final a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a formalização do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pela administração.

Os mútuos firmados entre empresas relacionadas tem a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuaras. As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas--Continuação**

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladoras				
Whirlpool do Brasil Ltda.	321.079	272.509	321.079	272.509
Whirlpool Corporation	4.745	4.918	36.797	23.358
Controladas				
Embraco North America	28.673	292.930	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	451	717	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	1.256	528	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	45.763	10.560	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	16.121	18.556	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	20.932	24.075	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	2.895	13.737	-	-
Whirlpool Peru S.R.L.	1.241	3.268	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	38.744	51.972	52.531	57.188
Whirlpool China Investment Co. Ltd	395	763	282.240	336.632
Industrias Acros Whirlpool	477	612	19.686	29.475
Embraco Luxemburgo	184.989	155.242	185.031	426.162
Outras	31.098	5.861	60.907	19.270
Total	698.852	856.248	958.271	1.164.594
Ativo circulante	377.773	583.772	637.192	797.384
Ativo não circulante	321.079	272.476	321.079	367.210

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas--Continuação**

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	8.861	4.609	136.226	140.486
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	120.331	128.910	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	484.253	480.607	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda.	113.754	93.010	-	-
Embraco North America	20.789	24.665	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	9.385	6.774	-	-
Whirlpool Argentina S.A	14	-	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	10.199	9.807	-	-
Outras partes relacionadas				
Brasmotor S.A.	20.541	18.444	20.541	18.444
Whirlpool Comercial Ltda.	29.843	27.286	29.843	27.286
Embraco Europe	72	85	16.299	17.415
Embraco Slovakia S.R.O.	4.851	6.932	5.157	6.987
Whirlpool Europe S.R.L.	1.673	9.035	6.060	10.886
Whirlpool Properties, Inc	487	247	2.640	14.181
Whirlpool Of India ltd	1.300	460	1.300	460
Embraco Luxemburgo	2.168	2.808	47.941	47.257
Outras	4.780	5.999	7.328	12.489
Total	833.301	819.678	273.335	295.891
Passivo circulante	298.663	244.378	222.950	250.161
Passivo não circulante	534.638	575.300	50.385	45.730

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas--Continuação**

	Vendas			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	7.004	2.529	193.243	221.587
Controladas				
Embraco North America	365.377	386.371	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	583.511	560.780	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	42.730	36.075	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	8.027	9.189	-	-
Whirlpool Peru S.R.L.	153	5.255	-	-
Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A.	81	-	-	-
Whirlpool Chile Ltda	2.273	1.189	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	4.907	698	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	88.738	96.140	242.001	198.487
Embraco Slovakia S.R.O.	29.786	36.684	44.612	57.767
Whirlpool Europe S.R.L.	1.798	1.656	1.798	1.656
Whirlpool Colombia	3.121	4.336	3.121	4.336
Whirlpool Southeast Asia Pte	973	-	973	-
Polar S.A.	954	1.309	954	1.309
Embraco Luxemburgo	47.937	57.250	51.512	59.692
Embraco Russia	12.527	489	12.527	489
Hefei Sanyo	-	-	9.594	7.035
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	112.596	118.916
Industrias Acros Whirlpool	2.097	1.543	201.898	184.790
Outras	5.521	5.741	5.719	7.921
	1.207.515	1.207.234	880.548	863.985

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas--Continuação**

	Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	25.035	19.172	47.175	46.196
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	4.341	4.936	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	191.977	192.063	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	7	20	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	123	46	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	40.920	17.404	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Slovakia S.R.O	16.670	19.913	16.722	19.917
Embraco Europe	68	82	200.977	181.288
Whirlpool Europe S.R.L.	27.728	26.229	35.139	31.414
Polar S.A.	12.924	14.913	13.171	15.053
Embraco Luxemburgo	654	1.598	506.528	522.567
Hefei Sanyo	331	10.010	5.237	20.629
Whirlpool Slovakia spol (Slovakia)	-	3	5.060	2.340
Outros	3.023	4.550	11.694	19.229
	323.801	310.939	841.703	858.633

Dos saldos a receber e a pagar apresentados nesta nota explicativa, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

Mútuos ativos e passivos

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<u>Ativo</u>					
Controladoras					
Whirlpool do Brasil Ltda.	102% CDI	321.079	272.476	321.079	272.476
Outras partes relacionadas					
Whirlpool China Investment Co. Ltd	4,78% a.a.	-	-	282.359	330.725
Embraco Luxemburgo	Libor 6m a.a.	-	-	-	232.300
Total do Ativo		321.079	272.476	603.438	835.501
<u>Passivo</u>					
Controladora					
Whirlpool Corporation	Libor 6m+ 1% a.a.	-	-	128.112	139.753
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	102%CDI	-	53.199	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102%CDI	484.253	476.371	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda.	102%CDI	29.843	27.286	29.843	27.286
Brasmotor S.A.	102%CDI	20.541	18.444	20.541	18.444
Total do Passivo		534.637	575.300	178.496	185.483

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas--Continuação

Mútuos ativos e passivos--Continuação

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Receitas/despesas sobre mútuo	Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Receita de juros	-	13.754	-	13.754
Whirlpool do Brasil Ltda.	Receita de juros	39.720	32.403	29.360	32.403
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Receita de juros	-	171	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool China Investment Co. Ltd	Receita de juros	-	-	12.059	11.715
Embraco Luxemburgo	Receita de juros	-	-	9.772	2.076
		39.720	46.328	51.191	59.948
Passivo					
Controladora					
Whirlpool Corporation	Despesa de juros	-	-	3.723	1.007
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Despesa de juros	1.859	21.449	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	Despesa de juros	72.539	98.540	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda.	Despesa de juros	3.843	1.937	3.843	1.937
Brasmotor S.A.	Despesa de juros	2.635	2.493	2.635	2.493
		80.876	124.419	10.201	5.437

As receitas e despesas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$15.641 (R\$17.577 em 31 de dezembro de 2015) com salários, R\$6.150 (R\$7.105 em 31 de dezembro de 2015) como benefícios e R\$23.533 (R\$30.323 em 31 de dezembro de 2015) com remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos em controladas	1.844.858	1.892.789	-	-
Empreendimento controlado em conjunto (*)	144.186	120.537	144.186	120.537
Outros investimentos	4.456	5.273	4.569	5.407
	1.993.500	2.018.599	148.755	125.944

(*) B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Informações sobre as empresas controladas e empreendimento controlado em conjunto em 31 de dezembro de 2016:

	Participação		Informações da Controlada						
	Quantidade de Ações /Quotas		No capital (%)						
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	1.728.562.547	148.444.207	99,99	100,00	1.004.852	215.860	788.992	576.056	43.068
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	46.433.000	-	99,43	99,43	663.301	539.338	123.963	947.607	75.455
CNB Consultoria Ltda.	580.969	-	99,99	99,99	4.509	2.145	2.364		(317)
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd. (i)	-	-	100,00	100,00	386.779	89.567	297.212	319.710	79.276
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. (i)	-	-	66,92	66,92	777.773	372.640	405.133	755.615	13.738
LAWASA S.A.	5.190	-	95,00	95,00	11.644	5.942	5.702	6.054	3.240
Whirlpool Argentina S.A.	548.900	-	95,00	95,00	253.803	181.130	72.673	374.692	20.920
Whirlpool Chile Ltda.	5.833.000	-	99,99	99,99	53.115	20.279	32.836	84.808	5.418
Mlog Armazém Geral Ltda.	46.322.746	-	100,00	100,00	232.869	105.672	127.197	512.986	59.233
Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A.	49.250	-	100,00	100,00	124.573	5	124.568	-	(15.979)
B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.	12.669.884	-	50,00	50,00	94.185	12.198	81.987	15.211	(27.802)
Up Points Serviços Empresariais S.A.	24.361	-	54,50	54,50	481	253	228	-	(50)

(i) Para as Sociedades localizadas na República Popular da China não existem o sistema de subdivisão do capital social por quotas.

Notas Explicativas**11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2014	Aquisição/Integralização	Remensuração do valor justo do investimento	Equivalência patrimonial 2015	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./Outros	Baixa de investimento	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial 2014
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	783.799	-	-	13.549	-	(51.499)	-	-	745.849	142.216
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	170.227	-	-	98.071	(614)	(126.274)	-	-	141.410	97.672
CNB Consultoria Ltda.	2.669	-	-	12	-	-	-	-	2.681	284
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	218.108	-	-	(21.984)	96.008	-	-	-	292.132	52.196
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	261.528	-	-	7.142	99.954	(28.116)	1.056	-	341.564	8.860
LAWASA S.A.	9.946	-	-	6.626	(1.908)	-	-	-	14.664	3.783
Whirlpool Argentina S.A.	65.853	-	-	27.810	(9.790)	-	-	-	83.873	11.833
Whirlpool Chile Ltda. (a)	6.370	28.303	-	(5.235)	2.006	-	-	-	31.444	(2.900)
Mlog Armazém Geral Ltda.	90.084	-	-	27.880	-	(44.000)	-	-	73.964	7.288
Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A. (b)	73.154	58.286	-	162	33.606	-	-	-	165.208	8.609
Investimentos em controladas	1.681.738	86.589	-	154.033	219.262	(249.889)	1.056	-	1.892.789	329.841
B.Blend máquinas e bebidas S.A. (c)	-	20.920	103.194	(3.242)	-	-	-	(335)	120.537	-
Outros	5.419	-	-	-	-	-	-	(146)	5.273	-
	1.687.157	107.509	103.194	150.791	219.262	(249.889)	1.056	(481)	2.018.599	329.841

- a) Em 2015, a Whirlpool S.A. fez uma integralização de capital em sua controlada Whirlpool Chile Ltd., no valor de R\$28.303.
- b) Em 2015, a Whirlpool S.A. fez uma integralização de capital em sua controlada Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A., no valor de R\$58.286.
- c) Em 4 de maio de 2015, a Companhia vendeu 50% do capital de sua recém-constituída subsidiária B. Blend Máquinas e Bebidas S.A. para a Ambev S.A., pelo valor de R\$103.194. A partir da sinergia e contribuição das duas empresas, a joint venture desenvolverá a pesquisa, produção e comercialização da plataforma de bebidas all-in-one.

Notas Explicativas**11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Aquisição/Integralização	Equivalência patrimonial 2016	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./Outros	Baixa de investimento	Saldos em 31 de Dezembro de 2016	Equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2015
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	745.849	-	43.064	-	-	-	-	788.913	13.549
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	141.410	-	75.025	(1.705)	(91.474)	-	-	123.256	98.071
CNB Consultoria Ltda.	2.681	-	(317)	-	-	-	-	2.364	12
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	292.132	-	79.276	(74.196)	-	-	-	297.212	(21.984)
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	341.564	-	9.193	(75.052)	(3.512)	(1.078)	-	271.115	7.142
LAWASA S.A.	14.664	-	3.078	(3.674)	(8.651)	-	-	5.417	6.626
Whirlpool Argentina S.A.	83.873	-	19.874	(28.905)	(5.803)	-	-	69.039	27.810
Whirlpool Chile Ltda.	31.444	-	5.417	(4.028)	-	-	-	32.833	(5.235)
Mlog Armazém Geral Ltda.	73.964	-	59.233	-	(6.000)	-	-	127.197	27.880
Up Points Serviços Empresariais S.A. (a)	-	2.971	(27)	-	-	-	-	2.944	-
Ealing Compañiã de Gestiones y Participaciones S.A.	165.208	341	(15.979)	(25.002)	-	-	-	124.568	162
Investimentos em controladas	1.892.789	3.312	277.837	(212.562)	(115.440)	(1.078)	-	1.844.858	154.033
B.Blend máquinas e bebidas S.A.	120.537	37.550	(13.901)	-	-	-	-	144.186	(3.242)
Outros	5.273	-	-	-	-	-	(817)	4.456	-
	2.018.599	40.862	263.936	(212.562)	(115.440)	(1.078)	(817)	1.993.500	150.791

a) Em 2016, a Whirlpool S.A. fez a aquisição da Up Points Serviços Empresariais S.A., no valor de R\$2.971.

Notas Explicativas

12. Imobilizado

	Controladora					Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática			
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	241.819	1.991.137	165.738	293	62.648	2.461.635	119.790	2.581.425
Aquisições	-	-	-	-	-	-	229.437	229.437
Transferências	6.670	165.585	21.279	-	10.061	203.595	(203.595)	-
Alienação/baixa	(22)	(22.713)	(4.255)	(17)	(372)	(27.379)	-	(27.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	248.467	2.134.009	182.762	276	72.337	2.637.851	145.632	2.783.483
Aquisições	-	-	-	-	-	-	195.581	195.581
Transferências	14.999	154.122	20.279	-	8.586	197.986	(197.986)	-
Alienação/baixa	-	(28.816)	(14.387)	-	(767)	(43.970)	-	(43.970)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	263.466	2.259.315	188.654	276	80.156	2.791.867	143.227	2.935.094
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(148.733)	(1.532.271)	(100.447)	(293)	(43.984)	(1.825.728)	-	(1.825.728)
Depreciação	(5.842)	(84.293)	(10.801)	-	(7.983)	(108.919)	-	(108.919)
Baixa da depreciação	-	16.277	3.904	17	350	20.548	-	20.548
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(154.575)	(1.600.287)	(107.344)	(276)	(51.617)	(1.914.099)	-	(1.914.099)
Depreciação	(5.393)	(98.934)	(13.105)	-	(8.303)	(125.735)	-	(125.735)
Baixa da depreciação	-	23.037	13.763	-	766	37.566	-	37.566
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(159.968)	(1.676.184)	(106.686)	(276)	(59.154)	(2.002.268)	-	(2.002.268)
Valor Residual								
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.498	583.131	81.968	-	21.002	789.599	143.227	932.826
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.892	533.722	75.418	-	20.720	723.752	145.632	869.384
Taxas médias de depreciação anual	0 até 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%		-	

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
Custo									
Saldos em 1º de janeiro de 2015	272.382	2.461.644	169.784	4.724	74.767	24.232	3.007.533	136.419	3.143.952
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	266.371	266.371
Transferências	7.344	189.963	21.487	13	10.615	4.050	233.472	(233.472)	-
Alienação/baixa	(22)	(25.212)	(4.323)	(242)	(739)	(353)	(30.891)	-	(30.891)
Variação cambial	567	150.608	761	1.677	3.072	9.086	165.771	5.266	171.037
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.271	2.777.003	187.709	6.172	87.715	37.015	3.375.885	174.584	3.550.469
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	261.548	261.548
Transferências	16.147	189.881	20.560	974	11.986	1.081	240.629	(240.629)	-
Alienação/baixa	-	(35.937)	(14.492)	(323)	(1.393)	(235)	(52.380)	(1)	(52.381)
Variação cambial	(852)	(120.757)	(513)	(1.377)	(2.251)	(8.175)	(133.925)	(7.853)	(141.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	295.566	2.810.190	193.264	5.446	96.057	29.686	3.430.209	187.649	3.617.858
Depreciação									
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(163.758)	(1.811.052)	(103.527)	(3.416)	(51.136)	(13.126)	(2.146.015)	-	(2.146.015)
Depreciação	(6.630)	(120.695)	(11.078)	(413)	(9.475)	(2.781)	(151.072)	-	(151.072)
Baixa da depreciação	-	18.294	3.964	220	688	77	23.243	-	23.243
Variação Cambial	(375)	(77.645)	(638)	(1.230)	(2.307)	(5.672)	(87.867)	-	(87.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(170.763)	(1.991.098)	(111.279)	(4.839)	(62.230)	(21.502)	(2.361.711)	-	(2.361.711)
Depreciação	(6.281)	(125.943)	(13.322)	(426)	(9.730)	(3.041)	(158.743)	-	(158.743)
Baixa da depreciação	-	29.609	13.856	296	1.393	100	45.254	-	45.254
Variação cambial	574	69.530	416	1.000	1.783	5.048	78.351	-	78.351
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(176.470)	(2.017.902)	(110.329)	(3.969)	(68.784)	(19.395)	(2.396.849)	-	(2.396.849)
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	119.096	792.288	82.935	1.477	27.273	10.291	1.033.360	187.649	1.221.009
Saldos em 31 de dezembro de 2015	109.508	785.905	76.430	1.333	25.485	15.513	1.014.174	174.584	1.188.758
Taxas médias de depreciação anual	até 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%	-	-	-

Notas Explicativas**13. Intangível**

	Controladora			
	Patentes	Desenvolvimento de projetos	Softwares	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	57.620	7.250	48.520	113.390
Aquisições	9.277	-	22.092	31.369
Alienação/baixa	-	-	(328)	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.897	7.250	70.284	144.431
Aquisições	7.046	-	59.864	66.910
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.943	7.250	130.148	211.341
Amortização				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(20.352)	(3)	(19.730)	(40.085)
Amortização	(5.398)	-	(15.412)	(20.810)
Baixa da amortização	-	-	88	88
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(25.750)	(3)	(35.054)	(60.807)
Amortização	(6.249)	-	(21.214)	(27.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(31.999)	(3)	(56.268)	(88.270)
Valor residual				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.944	7.247	73.880	123.071
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.147	7.247	35.230	83.624

Notas Explicativas

13. Intangível--Continuação

	Consolidado					Total
	Patentes	Desenv. de projetos	Softwares	Transf. de tecnologia	Outros	
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	57.620	7.250	55.087	14.956	929	135.842
Aquisições	9.277	-	22.292	114	-	31.683
Alienação/baixa	-	-	(328)	(114)	-	(442)
Variação cambial	-	-	2.647	5.436	436	8.519
Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.897	7.250	79.698	20.392	1.365	175.602
Aquisições	7.046	-	60.229	-	2.820	70.095
Alienação/baixa	-	-	(16)	-	-	(16)
Variação cambial	-	-	(3.427)	(4.144)	(226)	(7.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	73.943	7.250	136.484	16.248	3.959	237.884
Amortização						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(20.352)	(3)	(23.955)	(1.528)	-	(45.838)
Amortização	(5.398)	-	(15.944)	(537)	-	(21.879)
Baixa da amortização	-	-	88	-	-	88
Variação Cambial	-	-	(1.702)	(72)	-	(1.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(25.750)	(3)	(41.513)	(2.137)	-	(69.403)
Amortização	(6.249)	-	(21.730)	(531)	-	(28.510)
Baixa da amortização	-	-	16	-	-	16
Variação cambial	-	-	2.815	189	-	3.004
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(31.999)	(3)	(60.412)	(2.479)	-	(94.893)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.944	7.247	76.072	13.769	3.959	142.991
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.147	7.247	38.185	18.255	1.365	106.199

As informações para cada classe de ativo intangível estão descritas a seguir:

Classificação	Descrição	Vida útil	Prazo de vida útil
Patentes	Registro de patentes em escritórios de patentes no Brasil e exterior referentes a inovações nos produtos.	definida	5 anos
Desenvolvimento de projetos	Gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações tecnológicas dos produtos (ainda não está em operação).	definida	10 anos
Softwares	Licenças de uso de softwares adquiridos.	definida	5 anos
Transferência de tecnologia	Gastos com desenvolvimento interno de tecnologia transferido para controlada.	indefinida	-

Notas Explicativas**14. Empréstimos e financiamentos**

	Controladora		Consolidado		Garantias
	2016	2015	2016	2015	
Moeda nacional:					
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	109.877	160.418	109.877	160.418	Fiança Bancária
NCE (111% CDI)	-	35.064	-	35.064	
Moeda estrangeira:					
Saques cambiais de exportação	195.968	198.164	195.968	198.164	
Capital de giro	3.840	912	31.514	5.260	
Total dos financiamentos	309.685	394.558	337.359	398.906	
Circulante	238.028	293.583	265.702	297.931	
Não circulante	71.657	100.975	71.657	100.975	

A principal fonte de financiamento para investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referentes a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo sido celebrado contratos em 9 de outubro de 2008 e 04 de dezembro de 2012, há incidência de juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos destes contratos são limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias, há cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma.

Adicionalmente, a companhia fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINEP. Todas as obrigações relacionadas a estes contratos estão sendo cumpridas.

Durante o ano de 2016 e 2015, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE "Nota de crédito à exportação", capital de giro e saques cambiais de exportação, que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Os financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	238.028	265.702
2018	35.829	35.829
2019	35.828	35.828
	309.685	337.359

Notas Explicativas

15. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos – (Nota 17.f)	80.950	3.505	80.950	3.505
Provisão para garantias	10.899	10.377	19.395	22.636
Programa de participação nos resultados	54.540	56.028	62.638	70.495
Adiantamentos de clientes	4.240	2.007	37.807	28.534
Contas a pagar – Antitruste (i)	24.936	30.335	26.632	31.815
Provisão de propaganda e bonificações	102.024	122.965	150.582	160.175
Outras provisões	44.390	29.946	80.463	77.491
Outras contas a pagar	77.995	86.099	108.349	121.857
	399.974	341.262	566.816	516.508
Circulante	354.312	314.443	514.946	479.220
Não circulante	45.662	26.819	51.870	37.288

(i) Vide comentário na Nota 16.1.a.

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do respectivo montante, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:				
Cíveis	33.464	32.442	41.371	40.885
Trabalhistas	29.932	21.255	39.070	26.613
Tributárias	47.929	65.895	80.336	102.172
Total passivo não circulante	111.325	119.592	160.777	169.670

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos judiciais				
Cíveis	13.838	19.674	14.309	21.371
Trabalhistas	11.394	9.627	11.801	12.216
Tributários	83.979	151.728	107.227	172.173
	109.211	181.029	133.337	205.760

Notas Explicativas**16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação**

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	29.726	12.398	37.958	80.082
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.184)	24.466	27.565	49.847
(-) Pagamentos	-	(17.555)	(2.355)	(19.910)
(+) Atualização monetária	4.900	1.946	2.727	9.573
Saldos em 31 de dezembro de 2015	32.442	21.255	65.895	119.592
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(3.666)	25.606	(13.626)	8.314
(-) Pagamentos	-	(19.716)	(100)	(19.816)
(+) Atualização monetária	4.688	2.787	(4.240)	3.235
Saldos em 31 de dezembro de 2016	33.464	29.932	47.929	111.325

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	38.145	14.979	43.750	96.874
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.364)	26.058	58.253	81.947
(-) Pagamentos	-	(18.444)	(2.652)	(21.096)
(+) Atualização monetária	6.099	3.025	2.821	11.945
(+/-) Transferência	(995)	995	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.885	26.613	102.172	169.670
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(4.589)	29.687	(17.585)	7.513
(-) Pagamentos	(912)	(20.689)	(100)	(21.701)
(+) Atualização monetária	5.987	3.459	(4.151)	5.295
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.371	39.070	80.336	160.777

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis

- a) Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações cíveis nos Estados Unidos. Adicionalmente, solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. Em 31 de dezembro de 2016, há provisão de R\$ 26.632.

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

- b) A Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06 de dezembro de 2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliam que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescida de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado.

16.2 Programa de anistia

- a) MP 470/09

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14/06/2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

a) MP 470/09--Continuação

seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão, e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal.

Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo o valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2016 reflete o valor de R\$232.150.

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2016.

b) Lei 11.941/09

Ainda, por conta das condições favoráveis para quitação de débitos introduzidas pela Lei nº 11.941/09, a Companhia também apresentou, em 30 de novembro de 2009, requerimento à Receita Federal para pagamento de débitos tributários relativos a discussões de aumento da alíquota da COFINS, conforme disposto pela Lei 9.718 de novembro de 1998, e cobranças de débitos de Imposto de Renda, IPI e outros. Os débitos tributários líquidos dos benefícios auferidos com a anistia, totalizaram R\$44.209 (R\$45.282 no consolidado). Um ganho no valor de R\$36.772 (R\$37.054 no consolidado), relativo a multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Em abril de 2011, a Companhia apresentou as informações necessárias à consolidação dos débitos liquidados no âmbito do programa de anistia, previsto na Lei 11.941/09. Visando a referida consolidação, a Companhia, em 11 de abril de 2011, liquidou o débito referente a IPI e Outros, no montante de R\$ 9.940, englobando principal acrescido de juros e encargos.

Notas Explicativas**16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação****16.2 Programa de anistia--Continuação**c) Resumo dos impactos contábeis

	Controladora					Mlog	Consolidado
	IPI Alíquota Zero	COFINS	IPI	Outros	Total	PIS / COFINS	Total
(=) Valor da provisão classificado em Impostos a recolher	82.489	43.137	-	-	125.626	-	125.626
(+) Ajuste da provisão	46.830	16.281	16.740	4.823	84.674	1.355	86.029
(-) Valor anistiado	(76.886)	(27.508)	(7.277)	(1.987)	(113.658)	(282)	(113.940)
(=) Valor da dívida	52.433	31.910	9.463	2.836	96.642	1.073	97.715
(-) Valor liquidado com prejuízo fiscal	(52.433)	(9.260)	(2.648)	(910)	(65.251)	(109)	(65.360)
(-) Pagamentos efetuados	-	-	(7.750)	(2.190)	(9.940)	(964)	(10.904)
(+) Ajuste da Provisão	-	-	935	264	1.199	-	1.199
(=) Valor do passivo total em 31/12/2015 classificado em Impostos a recolher	-	22.650	-	-	22.650	-	22.650
(-) Pagamento com depósito judicial	-	(9.225)	-	-	(9.225)	-	(9.225)
(=) Valor do passivo total em 31/12/2016 classificado em Impostos a recolher	-	13.425	-	-	13.425	-	13.425
a) MP 470/09	R\$52.433						
			b) Lei 11.941/09				Total
			R\$45.282				R\$97.715

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota

Adicionalmente, os seguintes assuntos relevantes vêm sendo discutidos pela Companhia na esfera judicial:

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFIEEX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília.

A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFIEEX pela Companhia.

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior.

Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em maio de 2009, a Companhia contestou o recurso da União, pleiteando ao Tribunal a total improcedência das alegações da União.

Em dezembro de 2011, o Tribunal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da União.

Após esta decisão, a União apresentou mais 3 recursos (embargos de declaração, Recurso Especial e Recurso Extraordinário). Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro de 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento pelo STJ em outubro de 2015.

Ainda está pendente de julgamento recurso da União perante o STF. Com base nas decisões obtidas no processo judicial e pareceres dos consultores jurídicos, a Companhia utilizou os créditos prêmio de IPI, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357 - cuja decisão acerca da retroatividade de seus efeitos encontra-se pendente de definição. O saldo remanescente do crédito prêmio de IPI sofrerá um aumento caso a decisão do STF confirme a aplicação retroativa do índice IPCA-E a julho de 2009.

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEIX

Com base em decisão favorável proferida pela 8ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, mediante Acórdão nº 108-07.564 que afastou a tributação do lucro das exportações em programa BEFIEIX, e com base no Decreto nº 1219/72, a Companhia recalculou no exercício de 2004 o imposto de renda do período de 1994 a 1998 e a contribuição social do período de 1993 a

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Tributação da exportação incentivada – BEFIEX--Continuação

1998 recolhidos a maior. Os registros contábeis foram realizados naquele ano como segue (valores originais):

Imposto de renda

- 1.1 Constituição de crédito de IRPJ sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$19.200, em impostos a recuperar no Ativo não Circulante; e
- 1.2 Registro ao resultado do exercício de R\$11.472 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$7.728 no grupo de Provisão de Imposto de Renda;

Contribuição social

- 2.1 Constituição de crédito de CSLL sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$15.241, em impostos a recuperar no Ativo Circulante, e;
- 2.2 Registro no resultado do exercício de R\$8.716 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$6.525 no grupo de Provisão de contribuição social.

Com relação à contribuição social, os referidos créditos de R\$15.241 foram objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis no ano de 2004.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 1996 a 1998, 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social exigidas pela receita federal e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo. Em julho de 2013 a Companhia foi intimada da decisão proferida em 1ª instância administrativa que manteve os créditos tributários cobrados no auto de infração relativo aos anos de 2007 a 2011. Contra esta decisão a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado de forma favorável à Companhia em novembro de 2014. A Fazenda Nacional interpôs embargos de declaração, aos quais tiveram seu provimento negado, e posteriormente Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento.

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2016, a quantidade total de autuações fiscais pendentes de decisões relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX, incluindo juros e multas, reflete o montante de R\$1.762.198 (R\$1.543.960 em 31 de dezembro de 2015), sendo que o total do auto de infração, que inclui outras rubricas, reflete o montante de R\$1.864.892 (R\$1.620.536 em 31 de dezembro de 2015). É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Desta forma, eventual desfecho desfavorável, poderia provocar impactos relevantes na situação financeira, liquidez ou resultados das operações, o que no entanto não é esperado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo remanescente a ser realizado é de aproximadamente R\$141.042, relativos aos honorários de sucumbência.

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 ("MP") que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras.

A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em setembro de 2015 o Tribunal Regional Federal, por unanimidade de votos, julgou este caso de forma favorável à Companhia,

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior--Continuação

reconhecendo a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna para evitar dupla tributação, matéria que deverá ser apreciada pelos tribunais superiores. Em 31 de dezembro de 2016, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de R\$145.442 (R\$152.038 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2016.

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e as suas controladas possuem diversas demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, com base na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$1.012.351 no consolidado (R\$957.441 na controladora) em 31 de dezembro de 2016 e de R\$809.233 no consolidado (R\$752.274 na controladora) em 31 de dezembro de 2015.

Além disso, a Companhia está discutindo outros autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais relacionadas a imposto de renda e outros tributos. Estas questões estão em vários estágios de revisão em inúmeros processos administrativos e judiciais. A Companhia rotineiramente analisa estas questões e avalia sua estimativa de perda com base na opinião dos consultores jurídicos. A Companhia acredita que essas autuações são infundadas e vem defendendo suas posições vigorosamente. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar quando ocorrerá a conclusão definitiva.

e) Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em

Notas Explicativas

16. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remoto--Continuação

e) Fianças Bancárias--Continuação

discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$685.318 e R\$688.000, respectivamente, relacionados a esses contratos.

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendor

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de "vendor" junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos em aberto nesta operação eram, respectivamente, de R\$840.795 e R\$1.024.331.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cobertura máxima combinada de "stop-loss" fornecidos por essas políticas foram de R\$458.000, respectivamente.

16.5 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$275.760 em 2017, R\$261.574 em 2018, R\$253.789 em 2019, R\$236.518 em 2020, R\$87.023 em 2021 e R\$131.598 até o término do compromisso.

16.6 Linha de crédito garantida

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque e sem garantias para a linha. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$23.533 e R\$30.323, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve movimentação em 2016.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 23).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 18) e assistência médica (Nota 19) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Notas Explicativas**17. Patrimônio líquido--Continuação****f) Juros sobre capital próprio e dividendos**

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício da controladora	311.788	286.792
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	77.947	71.698
Dividendos propostos		
Dividendos propostos para as ações ordinárias (R\$)	51.733	47.588
Dividendos propostos para as ações preferenciais (R\$)	26.226	24.121
Total de dividendos propostos	77.959	71.709
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.028.700.892	1.028.700.892
Ações preferenciais	474.085.114	474.085.114
	1.502.786.006	1.502.786.006
Dividendo propostos por ação		
Ações ordinárias	0,05029	0,04626
Ações preferenciais	0,05532	0,05088

A movimentação dos dividendos é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2015	3.571
(+) Distribuição de dividendos do exercício	71.709
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	123.301
(-) Pagamentos	(195.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.505
(+) Dividendos propostos do exercício	77.959
(-) Pagamentos	(514)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	80.950

Notas Explicativas

17. Patrimônio Líquido--Continuação

g) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações

ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2016 e 2015 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	311.788	286.792
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.502.786	1.502.786
Lucro básico por ação	0,21	0,19

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

18. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado "Plano"), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

a) Plano não fundadores

Nos anos de 2016 e 2015, participam 14.123 e 13.883, empregados e dirigentes inscritos no Plano a partir de 1º de agosto de 1994, repectivamente. Em dezembro de 2002, a Companhia promoveu a alteração deste plano da modalidade de "benefício definido - BD" para "contribuição definida - CD", resultando em um evento de liquidação antecipada do plano de benefício, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício de 2002.

O custo do plano "CD" é compartilhado entre os participantes e a Companhia, podendo a parcela de contribuição da Companhia variar entre 50% e 200% da contribuição do participante, conforme tabela progressiva em função da faixa etária do empregado. A contribuição ao plano "CD" reconhecida no resultado do exercício da Companhia em 2016 foi de R\$13.853 (R\$12.550 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2016, participam 10 empregados e dirigentes (11 em dezembro de 2015) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2016	2015
Hipóteses econômicas (taxas nominais):		
Taxa de desconto	11,50% a.a.	13,25% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	11,50% a.a.	13,25% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,51% a.a.	7,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,00% a.a.	5,40% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,00% a.a.	5,40% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento Fundadores: 6% a.a. 100% dos desligamentos 100% aos 60 anos	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento Fundadores: 6% a.a.
Tábua biométrica de entrada em invalidez		
Taxa de rotatividade esperada		
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa		100% dos desligamentos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria		100% aos 60 anos

Notas Explicativas**18. Plano de previdência privada--Continuação****b) Plano fundadores--Continuação**

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	21.421	21.235
Valor presente das obrigações atuariais	21.421	21.235
Valor justo dos ativos do plano	(16.739)	(24.722)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	4.682	(3.487)
Passivo (ativo) atuarial líquido	4.682	(3.487)

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (R1), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido no exercício é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(3.487)	5.543
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	(271)	1.272
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(228)	(5.610)
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	8.668	(4.692)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	4.682	(3.487)

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor presente da obrigação no início do exercício	21.235	37.621
Custo do serviço corrente da patrocinadora	361	809
Juros sobre a obrigação atuarial	2.697	4.005
Contribuições dos empregados	235	314
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	348	(5.308)
Benefícios pagos pelo plano	(3.455)	(16.206)
Valor presente da obrigação no final do exercício	21.421	21.235

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

Hipótese	Taxa de desconto	
	0,5% aumento	0,5 % redução
Impacto na obrigação	21.101	21.750

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

Notas Explicativas**18. Plano de previdência privada--Continuação****b) Plano fundadores--Continuação**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do exercício	24.722	32.078
Retorno real dos investimentos	3.329	3.542
Contribuições pagas pela patrocinadora	228	5.610
Contribuições pagas pelos empregados	235	314
Benefícios pagos pelo plano	(3.455)	(16.206)
Outros ajustes em outros resultados abrangentes	(8.320)	(616)
Valor justo dos ativos no final do exercício	16.739	24.722

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2016	2015
Custo do serviço corrente	361	809
Juros sobre as obrigações atuariais	2.697	4.005
Rendimento dos ativos do plano	(3.329)	(3.542)
Despesa (receita) total reconhecida no resultado	(271)	1.272

A previsão da despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Custo do serviço corrente	390
Juros sobre as obrigações atuariais	437
Despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	827

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2016	2015
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2016 é de R\$16.739 (R\$24.722 em 2015).

Notas Explicativas

19. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante a manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Este grupo conta com 1.276 participantes (1.346 em dezembro de 2015) assistidos em gozo do benefício. As despesas decorrentes do benefício oferecido são suportadas integralmente pela Companhia e demais empresas patrocinadoras.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2016	2015
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	11,25% a.a.	13% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	11,4% a.a.	11,4% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5% a.a.	6,40% a.a.
	UP-94	UP-94
Tábua biométrica de mortalidade geral	Geracional	Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	84.385	69.070
Valor presente das obrigações atuariais	84.385	69.070
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	84.385	69.070
Passivo atuarial líquido	84.385	69.070

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	69.070	79.428
Despesa reconhecida no resultado do exercício	8.744	8.970
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício	(4.645)	(3.794)
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	11.216	(15.534)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	84.385	69.070

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (R1) (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Notas Explicativas

19. Plano de assistência médica--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação as hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

Hipóteses Nível de sensibilidade	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
	0,5% aumento	0,5% redução	1% aumento	1% redução
Impacto na obrigação	81.718	89.168	92.579	78.933

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A despesa reconhecida no resultado de 2016 da Companhia no montante de R\$8.744 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2016	2015
Juros sobre as obrigações atuariais	8.744	8.970
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	8.744	8.970

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Juros sobre as obrigações atuariais	9.254
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	9.254

20. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

Notas Explicativas

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Opções de ações--Continuação

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de US\$31,06 e US\$63,44 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2016	2015
Taxa de juros livre de risco	1,2%	1,5%
Expectativa de volatilidade	33,5%	35,5%
Expectativa de dividendos	2,8%	1,4%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2015	111	96,84
Outorgadas	17	212,21
Exercidas	(32)	83,92
Perda do direito ou prescritas	(4)	137,88
Opções em aberto em 31/12/2015	92	121,53
Opções exercíveis em 31/12/2015	50	89,46

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 31/12/2016	92	121,53
Outorgadas	30	132,19
Exercidas	(26)	96,96
Perda do direito ou prescritas	(10)	128,30
Opções em aberto em 31/12/2016	86	132,75
Opções exercíveis em 31/12/2016	42	113,31

Notas Explicativas

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Movimentação das opções de ações--Continuação

O valor intrínseco das opções de ações em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de US\$2 milhões e US\$4 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de US\$2,6 milhões e US\$2,6 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2016 é de 7,3 anos (7,1 anos em 31 de dezembro de 2015).

Unidades de Ações Restritas – “Restricted Stock Units”

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seletivo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 2 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de US\$3,4 milhões e US\$ 10,9 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de US\$125,31 e US\$190,45 dólares, respectivamente.

Notas Explicativas

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas – “Restricted Stock Units”--Continuação

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2015	100	92,04
Outorgadas	39	190,45
Perda de direito	(8)	128,43
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(55)	73,44
Ações não revertidas em direito em 31/12/2015	76	135,36
Outorgadas	34	125,31
Perda de direito	(4)	133,20
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(24)	99,80
Ações não revertidas em direito em 31/12/2016	82	143,64

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$23.533 e R\$30.323 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

21. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de juros	(104.279)	(159.362)	(28.732)	(41.367)
Variações monetárias e cambiais passivas	(399.299)	(476.175)	(418.547)	(562.485)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	(50.324)	(200.407)	(57.340)	(203.343)
Despesas de AVP	(166.704)	(114.387)	(240.582)	(217.200)
Outras despesas financeiras	(77.659)	(107.095)	(107.915)	(166.255)
Total de despesas financeiras	(798.265)	(1.057.426)	(853.116)	(1.190.650)
Receita de juros	46.513	146.834	89.976	188.070
Variações monetárias e cambiais ativas	376.214	636.471	392.942	667.844
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	73.347	95.891	76.589	98.236
Receitas de AVP	342.457	232.636	422.262	338.293
Outras receitas financeiras	7	228	66	232
Total de receitas financeiras	838.538	1.112.060	981.835	1.292.675
	40.273	54.634	128.719	102.025

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Conseqüentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF's "*Plain Vanilla*", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hedge de balanço a valor justo

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de “*hedge*” nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de “*hedge*” são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Moeda Estrangeira	23.023	(106.129)	19.249	(104.811)

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de “*hedge*” é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Moeda Estrangeira	(18.021)	40.758	(18.021)	40.758

b) Exposição a riscos de “commodities”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas *commodities* que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das *commodities* divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das *commodities* com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de *commodities*, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo necessária a aprovação da Diretoria, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de *commodities* é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado—Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”

do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Commodities	(38.060)	(32.955)	(38.060)	(36.454)

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para hedge de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

Controladora	Classificação do <i>hedge</i> *	Valores nominais	
		2016	2015
Commodities	CF	177.589	292.059
Moeda estrangeira	CF / FV	188.140	468.693
Total		365.729	760.752

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuaçãod) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora					
Valor justo					
	Classificação do hedge*	Hedges ativos		Hedges passivos	
		2016	2015	2016	2015
Commodities	CF	1.169	119	(6.863)	(56.929)
Moeda estrangeira	CF / FV	3.048	11.033	(9.026)	(2.233)
Total		4.217	11.152	(15.889)	(59.162)
Circulante		3.935	11.033	(13.539)	(47.382)
Não circulante		282	119	(2.350)	(11.780)

Consolidado					
Valores nominais					
	Classificação do hedge*	2016		2015	
Commodities	CF	177.589	292.059		
Moeda estrangeira	CF / FV	226.597	480.084		
Total		404.186	772.143		

Consolidado					
Valor justo					
	Classificação do hedge*	Hedges ativo		Hedges passivo	
		2016	2015	2016	2015
Commodities	CF	1.169	119	(6.863)	(56.929)
Moeda estrangeira	CF / FV	3.048	11.071	(10.840)	(2.233)
Total		4.217	11.190	(17.703)	(59.162)
Circulante		3.935	11.071	(15.353)	(47.382)
Não circulante		282	119	(2.350)	(11.780)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2016	2015	2016	2015
	<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa			
Moeda estrangeira	(6.606)	8.588	(18.021)	40.758
Commodities	21.032	(56.810)	(38.060)	(32.955)
Saldo final	14.426	(48.222)	(56.081)	7.803
Saldo final líquido de impostos	9.521	(31.827)		

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2016	2015	2016	2015
	<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa			
Moeda estrangeira	(6.606)	8.588	(18.021)	40.758
Commodities	21.032	(56.810)	(38.060)	(36.454)
Saldo final	14.426	(48.222)	(56.081)	4.304
Saldo final líquido de impostos	9.521	(31.827)		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 2016 e 2015, nos montantes de R\$9.561 e (R\$31.827), respectivamente, resultam na variação de R\$41.348, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação**II. Risco de mercado--ContinuaçãoA. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuaçãoe) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

Controladora Valor justo de <i>hedges</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2016	2015
Exposição líquida de balanço	133.541	315.638
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	23.023	(106.129)

Consolidado Valor justo de <i>hedges</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2016	2015
Exposição líquida de balanço	152.012	350.335
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	19.249	(104.811)

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2016 (3,2591).

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no resultado das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de "*hedge*" cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
1T17	2T17	3T17	4T17	Total	1T17	2T17	3T17	4T17	Total
(5.837)	(624)	(1.666)	(1.111)	(9.238)	(7.651)	(624)	(1.666)	(1.111)	(11.052)
1T18	2T18	3T18	4T18	Total	1T18	2T18	3T18	4T18	Total
(457)	(584)	(668)	(348)	(2.057)	(457)	(584)	(668)	(348)	(2.057)
1T19	2T19	3T19	4T19	Total	1T19	2T19	3T19	4T19	Total
(227)	(150)	-	-	(377)	(227)	(150)	-	-	(377)

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Ba3
Bradesco	Ba3
Citibank	A1
HSBC	A1
Itaú BBA	A3
JP Morgan	A3
Santander	A3
Deutsche Bank	A3
Société Générale	A2

IV. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	309.685	394.558
Derivativos	11.672	48.010
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(322.103)	(47.681)
Dívida líquida	(746)	394.887
Patrimônio líquido	2.409.961	2.339.597
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.409.215	2.734.484

Consolidado		
	Alavancagem	
	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	337.359	398.906
Derivativos	13.486	47.972
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(756.352)	(490.114)
Dívida líquida	(405.507)	(43.236)
Patrimônio líquido	2.544.790	2.509.249
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.139.283	2.466.013

VI. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2016. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2016.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco			
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
<i>Hedge</i> de metais	Queda do preço das <i>commodities</i>	(5.694)	(13.910)	(26.140)
<i>Hedge</i> de moeda	Queda da moeda	(9.001)	(24.575)	(40.943)
Posição passiva				
<i>Hedge</i> de moeda	Alta das moedas	3.023	(26.986)	(56.803)

Consolidado	Risco			
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
<i>Hedge</i> de metais	Queda do preço das <i>commodities</i>	(5.694)	(13.910)	(26.140)
<i>Hedge</i> de moeda	Queda da moeda	(10.815)	(34.656)	(60.626)
Posição passiva				
<i>Hedge</i> de moeda	Alta das moedas	3.023	(26.986)	(56.803)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****VI. Análise de sensibilidade--Continuação***Sensibilidade a taxa de juros*

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 7% e CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 14,14% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	8.690	6.835	4.935
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417
Consolidado		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	10.508	8.300	6.039
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

VII. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiro				
Contas a receber	789.170	760.768	1.393.737	1.530.561
Derivativos em <i>hedge</i>	4.217	11.152	4.217	11.190
Caixa e equivalentes de caixa	322.103	47.681	756.352	490.114
Total	1.115.490	819.601	2.154.306	2.031.865
Passivos financeiro				
Fornecedores	1.574.990	1.494.530	2.260.527	2.289.079
Empréstimos	309.685	394.558	337.359	398.906
Derivativos em <i>hedge</i>	15.889	59.162	17.703	59.162
Total	1.900.564	1.948.250	2.615.589	2.747.147

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Ativos financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	756.352	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	4.217	-
Passivos financeiro			
Empréstimos	-	337.359	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	17.703	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").
- O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

Notas Explicativas

24. Receita líquida de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta	8.568.713	7.820.233	11.864.582	11.674.676
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	8.568.713	7.820.233	11.864.582	11.674.676
Deduções	(2.115.034)	(1.838.280)	(2.645.817)	(2.287.504)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.970.446)	(1.675.855)	(2.364.726)	(1.967.886)
Abatimentos (*)	(144.588)	(162.425)	(281.091)	(319.618)
Receita líquida	6.453.679	5.981.953	9.218.765	9.387.172

(*) Referem-se substancialmente as devoluções e descontos comerciais.

25. Oferta pública de aquisição de ações

Em 08 de dezembro de 2016 foi realizado na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), o leilão da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, visando ao cancelamento do seu registro de companhia aberta, tendo em vista que o número de ações de titularidade dos acionistas que aceitaram vender suas ações na OPA ou concordaram expressamente com o cancelamento de registro da Companhia foi inferior a 2/3 do total de ações de emissão da Whirlpool em circulação, a Ofertante, Whirlpool do Brasil Ltda., não prosseguirá com a OPA obrigatória para fechamento de capital, não adquirindo qualquer ação de emissão da Companhia no Leilão.

Em função do resultado acima exposto, a Companhia permanecerá registrada perante a CVM como companhia aberta categoria "A", com suas ações ordinárias e ações preferenciais sendo negociadas no segmento básico de negociação de ações da BM&FBOVESPA.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Whirlpool S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Whirlpool S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Whirlpool S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte envolvida em diversos litígios para os quais a avaliação do risco é realizada, com o auxílio dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com base na avaliação da legislação vigente, bem como, jurisprudências relacionadas aos respectivos riscos. As provisões destes processos judiciais estão constituídas pela melhor estimativa da administração na data-base das demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa e ao grau de julgamento profissional associado à estimativa. Desta forma, o risco relativo à mensuração das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis foi significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) avaliação das políticas relacionadas a provisões para demandas judiciais e administrativas referentes a aspectos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis da Companhia, bem como controles adotados pela Companhia na identificação, avaliação, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção de cartas de confirmação de todos os assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como avaliação dos riscos envolvidos e probabilidades de perda; (iii) envolvimento de nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos externos; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas 2.10 e 16, foram apropriadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes do ajuste decorrente da reclassificação descrita na nota 2.22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 18 de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.22, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Paulo Domingos Mileo Miri
Arthur Henrique de Aguiar C Azevedo
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina
Luis Felipe Berthi Abboud Dau
Úrsula Luciana Angeli
Eduardo Gazineu Cezar de Andrade
Paulo Henrique Seabra Teixeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Paulo Domingos Mileo Miri
Arthur Henrique de Aguiar C Azevedo
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina
Luis Felipe Berthi Abboud Dau
Úrsula Luciana Angeli
Eduardo Gazineu Cezar de Andrade
Paulo Henrique Seabra Teixeira